

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração penal.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....  
X – averiguar a situação econômico-financeira do indiciado, identificar e discriminar todos os bens, direitos e valores que possui, inclusive no exterior, e aqueles que tenha, recentemente, transferido a terceiros, assim como identificar os dependentes da vítima.” (NR)

“Art. 10. ....

.....  
§ 4º A autoridade policial representará ao juiz competente para decretação da indisponibilidade dos bens ou valores do indiciado ou de terceiro a quem tenha transferido bens ou tenha se beneficiado diretamente com a prática da infração penal, em montante que assegure a reparação do dano sofrido pelo ofendido.

§ 5º A indisponibilidade incluirá bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo acusado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais, e abrangerá bens, direitos ou valores suficientes para assegurar a reparação do dano decorrente da prática da infração penal.

§ 6º Para os fins do que dispõe o § 5º, os bens imóveis preferirão aos bens móveis, os de maior valor aos de menor valor, e os mais líquidos aos menos líquidos, podendo o juiz, inexistindo uma estimativa segura do valor do dano, e se assim julgar necessário, indisponibilizar, até a apresentação do laudo do perito, de que trata o art. 63, todos os bens do indiciado.

§ 7º A indisponibilidade de bens, direitos ou valores será suspensa se a ação penal não for ajuizada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da sua decretação pelo juiz.

§ 8º A indisponibilidade poderá abranger os bens de que tratam os arts. 126 e 132 caso não sejam possível determinar a proveniência, e vigorará até a decretação da medida assecuratória cabível.” (NR)

“Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime, a discriminação dos bens, direitos ou valores necessários para assegurar a reparação do dano ao ofendido ou sucessor nos termos da lei civil, se cabível, a estimação do dano e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Parágrafo único. Considera-se ofendido, para o fim de reparação do dano, a pessoa que suporta direta ou indiretamente os efeitos da infração penal consumada ou tentada, vindo a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais.” (NR)

“Art. 63. A apuração e reparação do dano decorrente de infração penal poderão ser promovidos no próprio juízo penal.

§ 1º O arbitramento do valor do dano e a avaliação dos bens, direitos e valores constantes da denúncia ou queixa far-se-ão por perito nomeado pelo juiz, com a fixação de prazo para a entrega do laudo.

§ 2º Apresentado o laudo, as partes poderão se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, que correrá em cartório, após o que o juiz homologará o valor atribuído aos bens e à reparação, podendo corrigir o arbitramento do valor do dano, se lhe parecer excessivo ou deficiente.

§ 3º O juiz, considerando as provas relativas à existência do fato e os indícios relativos à autoria, decidirá sobre pedido de execução provisória, decisão da qual não caberá recurso com efeito suspensivo.

§ 4º A execução provisória será feita nos mesmos autos e dependerá de prestação de caução idônea, para o caso de advento de sentença penal absolutória que reconheça a inexistência do fato, a não autoria ou situação em que a reparação do dano não for devida.

§ 5º Em caso de execução provisória ou após sentença penal condenatória transitada em julgado, o juiz determinará sejam os bens penhorados e alienados em hasta pública e a quantia depositada em conta judicial.

§ 6º O réu poderá requerer ao juiz que mande intimar o ofendido para receber em juízo o que lhe é devido conforme a decisão, ou apontar bens para penhora.

§ 7º Prestada a caução, os valores da conta judicial serão transferidos para a conta bancária do ofendido.

§ 8º Após o trânsito em julgado da sentença, qualquer questão relacionada à reparação do dano será resolvida no juízo cível.

§ 9º Nenhum recurso contra as decisões referidas nos §§ 2º e 3º deste artigo será conhecido sem o comparecimento pessoal do réu em juízo.

§ 10. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da lei processual civil.” (NR)

“Art. 64. ....”

§ 1º (antigo parágrafo único) .....

§ 2º Em caso de extinção de punibilidade ou de advento de sentença condenatória irrecurável no juízo cível, proferida antes da decisão no juízo penal, aquele poderá requerer ao juízo penal a transferência de valores depositados ou de bens arrestados.” (NR)

“Art. 137. Se os bens, direitos ou valores do acusado tornados indisponíveis ou a serem indisponibilizados não forem suficientes para assegurar a reparação do dano ao ofendido, ou se não foram identificados bens ou valores para se arrolar, ou se houver fundado motivo que possa colocar em risco a reparação, o juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, do Ministério Público, do assistente ou da parte, havendo certeza da infração penal e fundados indícios da autoria, mandará arrestar bens móveis suscetíveis de penhora.

.....” (NR)

“Art. 139. O depósito e a administração dos bens arrestados ficarão sujeitos ao regime do processo civil.” (NR)

“Art. 141. O arresto será levantado se, por sentença irrecurável, advier sentença penal absolutória nos termos do que dispõe o art. 63, § 4º.” (NR)

“Art. 187. ....”

.....

§ 2º .....

.....

IX – bens, direitos e valores que possui, inclusive no exterior, se transferiu patrimônio para terceiro pouco antes ou após a data da prática da infração, e outros bens que possui além daqueles discriminados na denúncia ou queixa.” (NR)

“Art. 387. ....”

.....

VII – especificará, na parte dispositiva, se for o caso, o valor da reparação do dano ao ofendido decorrente da infração penal.

Parágrafo único. Para os fins do que dispõe o inciso VII deste artigo, a sentença penal condenatória é título executivo, líquido, certo e exigível, podendo ser executada nos mesmos autos.” (NR)

“Art. 394. O juiz, ao receber a queixa ou denúncia, designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a intimação do Ministério Público e, se for o caso, do querelante ou do assistente, e mandará proceder ao arbitramento do valor do dano sofrido pelo ofendido e à avaliação dos bens, direitos ou valores discriminados na queixa ou denúncia, nos termos do art. 63.

§ 1º O juiz, de ofício, ou após requerimento do Ministério Público, do assistente ou da parte, decretará a indisponibilidade dos bens do acusado ou de terceiro beneficiado, se não decretada no curso do inquérito policial, ou ampliará ou reduzirá o alcance da medida já decretada, se necessário.

§ 2º Nenhum pedido de restituição ou disponibilidade será conhecido sem o comparecimento pessoal do réu em juízo, podendo o juiz determinar a prática dos atos necessários à conservação dos bens, direitos ou valores.” (NR)

“Art. 581. ....  
.....

XXV – que decretar a indisponibilidade dos bens do réu, homologar o valor atribuído aos bens e à reparação do dano decorrente da infração penal, e que decidir sobre pedido de execução provisória.” (NR)

**Art. 2º** O Título IV do Livro I do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a se chamar “DA INDENIZAÇÃO”.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** São revogados os arts. 134, 135, 136, 138, 142, 143 e 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Senado Federal, em                      de junho de 2006.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal